

Bancos querem exigir data para o pagamento

ASSIS MOREIRA
Especial para O Estado

GENEVA — Na reunião da próxima semana com as autoridades financeiras do Brasil, à margem da reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, em Washington, os bancos credores pretendem insistir na cobrança de uma data para o País retomar o pagamento dos juros da dívida externa, suspenso a partir da moratória deflagrada em 20 de fevereiro.

Pelas projeções dos bancos credores, a conta de juros este ano alcança US\$ 8,3 bilhões. Dada a degradação das contas externas, sobretudo a partir de outubro quando o saldo comercial não dava para pagar nem a totalidade de outros serviços importados (frete seguro, telefone, correio etc.), certos bancos estimam que terão de refinarçar metade dos juros, através de empréstimo de cerca de US\$ 4 bilhões.

Mas esses mesmos bancos indagam sobre as outras contas que o País terá de honrar, como os US\$ 5,6 bilhões devidos, pelos seus cálculos, às organizações financeiras multilaterais, tais como: Banco Mundial, BID e FMI. Só ao FMI o Brasil teria de pagar este ano US\$ 1,0 bilhão, o que leva um alto funcionário do sistema bancário a indagar como o País pretende refinarçar essa dívida sem um acordo com a instituição.

Na reunião da próxima semana a agenda dos bancos não muda: esperar ver, enfim à luz do dia, o programa de ajustamento; ter uma idéia de quando os juros voltam a ser pagos, e uma decisão revista sobre um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Durante a semana passada, em

Miami, onde se realizava a reunião do BID, os bancos norte-americanos insistiam com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, para saber quando o Brasil volta a honrar a serviço da dívida. E Gros retrucava com um "não sei...". Na interpretação de um banqueiro, de passagem por Genebra, o mais correto para os dois lados seria o Brasil pedir, por exemplo, 180 dias para pagar e nesse período tentar fechar o acordo.

Sublinha esse banqueiro que, agora os bancos norte-americanos, todos os outros estão tranqüilos com relação ao problema brasileiro, fato que, a seu ver, seria ilustrado com a renovação "voluntária" (ele fala com ironia), por 60 dias, das linhas de crédito de curto prazo (comercial e interbancário).

No entanto, o tom de certos bancos começa a mudar. É o caso dos suíços — que ameaçam se retirar progressivamente dos negócios latino-americanos, como indica Guido Halselmann, diretor-geral da União dos Bancos Suíços.

Retornando de Miami, no final da semana, os representantes dos três principais bancos suíços — Halselmann e mais Georg Gotz, do Credit Suisse, e Rudolf Merten, do Swiss Bank Corporation — lamentavam que a questão brasileira não tivesse avançado, enquanto se obtinha progresso substancial em relação ao endividamento da Venezuela, México, Filipinas e Argentina.

Numa referência ao Brasil, eles enfatizaram que a situação do endividamento internacional poderá agravar-se, se muitas concessões forem feitas aos devedores "porque isso criaria precedentes suscetíveis de incitar os países devedores a aumentar suas exigências".